



8 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 18 de maio de 2024

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,1% São Paulo	128.515 14/5 15/5 16/5 17/5	R\$ 5,102 (-0,55%)	R\$ 1.412	R\$ 5,547	10,40%	10,39%	Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38

## CONTAS PÚBLICAS

# Ex-BCs criticam política fiscal de Lula

Loyola, Malan, Arida, Franco e Meirelles alertaram para a deterioração dos mecanismos de controle da inflação

» RAFAELA GONÇALVES

Em conferência anual do Banco Central (BC), ex-presidentes da autoridade monetária criticaram a política fiscal do governo Lula e demonstraram preocupação com o déficit nas contas públicas. A mesa, que tinha como tema os 30 anos do Plano Real, tratou do recorrente aumento de gastos que dificultam o controle da inflação e forçam os juros a permanecerem em um alto patamar.

Todos eles, que em 2022 apoiaram a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apontaram que o problema dos rombos orçamentários vem desde a troca da moeda, em 1994, e permanece até os dias de hoje. “É lamentável que não tenhamos conseguido resolver a questão fiscal. Um dos grandes marcos foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei pioneira, que foi minada ao longo do tempo por interpretações absurdas”, disse Gustavo Loyola, que assumiu o BC em 1995, no ano seguinte ao lançamento do Real.

“O Brasil precisa de uma política fiscal prima da política monetária, de controle da inflação. É onde, de fato, a gente está devendo e precisa urgentemente atacar essa questão”, emendou Loyola.

O rombo nas contas do governo atingiu R\$ 230,5 bilhões no ano passado, segundo pior da série histórica iniciada em 1997, déficit piorado pelo pagamento de precatórios, postergado do governo Bolsonaro.

Pérsio Arida, que fez parte da equipe econômica que projetou e implementou o Real, afirmou que o tripé macroeconômico “é manco hoje em dia”: “Nossa perna fiscal sofreu uma longa e contínua deterioração, e as perspectivas não são boas.”

O plano que colocou em circulação a moeda conhecida por brasileiros até hoje, o real, surgiu como um remédio para combater a hiperinflação, que chegou à casa dos 2000% na década de 80. O economista Pedro Malan, que além de presidir a autarquia também foi ministro da Fazenda (1995-2003), ressaltou que a consolidação da vitória sobre a

Raphael Ribeiro/BCB



Na conferência anual do BC, ex-presidentes da autarquia criticaram a condução da atual política fiscal, que dificulta o controle da inflação



**O objetivo de ancorar expectativas de inflação exige coerência de um discurso e a sociedade precisa saber que a intenção de estabilizar é forte”**

**Pedro Malan, ex-presidente do BC e ex-ministro da Fazenda**

hiperinflação é uma tarefa que não se esgota. “O objetivo de ancorar expectativas de inflação exige coerência de um discurso e a sociedade precisa saber que a intenção de estabilizar é forte, que ela será perseguida com tenacidade. Essa reação foi fundamental no caso do Real e é fundamental para qualquer tentativa de crescimento com estabilização da economia”, apontou.

Para ele, uma política fiscal vista como insustentável pode acabar tornando ineficaz o regime de metas de inflação.

### Asfixia financeira

Também crítico da condução política fiscal, o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, evitou comentários sobre o assunto desta vez e se limitou a defender a autonomia. Segundo

ele, a autarquia sofre atualmente uma “asfixia financeira e administrativa”, que atrapalha seu trabalho. “Eu vejo isso como um grande problema, um dos grandes desafios. Se, por um lado, tivemos ganhos institucionais, alguns problemas crônicos não foram resolvidos”, apontou.

Tramita, no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da autonomia financeira do BC.

### Sob controle

Após o evento, questionado por jornalistas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que a inflação no país está “bastante controlada” e que será possível fazer a taxa convergir para a meta de 3% ao ano. “No Brasil, sempre a inflação resvalava nos dois dígitos.

Nós não vamos ver isso acontecer, nós vamos trazer a inflação para a meta”, disse o chefe da equipe econômica, que se comprometeu com o controle fiscal. “A inflação deste ano vai ser menor que a do ano passado. A do ano passado foi bem menor que a do ano anterior, sobretudo levando em consideração as distorções provocadas pelo populismo da desoneração dos combustíveis, que gerou um efeito perverso sobre as contas públicas”, completou.

Sobre o cumprimento da meta de zerar o déficit primário, diante das desconfiadas, o ministro manteve o compromisso de perseguir o alvo fiscal. “A disciplina vai continuar. Vamos continuar interagindo com o Judiciário, com o Legislativo, em torno desse pacto pelas contas públicas.”

## ARRECADAÇÃO

# Lula sanciona a volta do DPVAT

» HELENA DORNELAS

O novo DPVAT, agora chamado de Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), retorna após sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O seguro será cobrado, a partir de 2025, de forma anual, de proprietários de veículos como carros e motos.

O texto recebeu a aprovação do Senado no fim de maio e a sanção do presidente Lula foi publicada ontem, no Diário Oficial da União (DOU). O SPVAT irá cobrir indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de reembolso de despesas com assistência médica, serviços funerários e reabilitação profissional de vítimas.

O pagamento do seguro é obrigatório para qualquer proprietário de veículo automotivo, como carros, motos, caminhões e micro-ônibus. O seguro será de contratação obrigatória por todos os veículos automotores de vias terrestres.

“Considera-se automotor o veículo dotado de motor de propulsão que circula em vias terrestres por seus próprios meios e é utilizado para o transporte viário de pessoas e cargas ou para a tração viária de veículos utilizados para esses fins, sujeito a registro e a licenciamento perante os órgãos de trânsito”, diz o texto sancionado por Lula.

O presidente vetou dois artigos da lei aprovado no Senado, que previam multa e penalidade de infração grave para os motoristas que não pagarem o seguro.

### Valor

O valor do novo seguro só será definido posteriormente pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Segundo o texto publicado no DOU, o valor “terá como base de cálculo atuarial o valor global estimado para o pagamento das indenizações e das despesas relativas à operação do seguro”.

O texto também informa que a cobrança do seguro vai ocorrer junto ao licenciamento anual ou ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O pagamento será de abrangência nacional e que os valores podem variar de acordo com o tipo do veículo.

## IBGE

# Desemprego sobe em oito estados

» RAPHAEL PATI

Após três quedas consecutivas, a taxa de desemprego levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu 0,5 ponto percentual no primeiro trimestre de 2024, passando a 7,9%. Em oito estados houve um aumento significativo da taxa: Acre, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

A única UF do país que apresentou queda no índice de desemprego para este período foi o Amapá, onde a taxa saiu de 14,2% no 4º trimestre do ano passado, para 10,9% nos primeiros três

meses de 2023. Nos demais, a taxa se manteve estável.

Apesar do aumento da taxa em vários estados, na comparação com o trimestre anterior, quando os dados são comparados com o 1º trimestre de 2023, nenhuma UF registrou um aumento significativo na primeira análise anual. “Isso mostra que na comparação de curto prazo, há influência dos padrões sazonais. Mas a trajetória de queda anual, que já vem sendo observadas em outros trimestres, se manteve”, analisa a coordenadora de Pesquisas por Amostras de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

O rendimento médio habitual

no país cresceu tanto em relação ao trimestre anterior, quanto à primeira análise feita em 2023. No período, esse valor foi estimado em R\$ 3.123 – valor superior aos R\$ 3.077 registrados na última sondagem de 2023, e aos R\$ 3.004 levantados no primeiro trimestre do ano passado. Em relação aos três meses anteriores, a região Sul foi a única a apresentar um crescimento expressivo, enquanto que as demais permaneceram estáveis.

Apesar do aumento da taxa de desemprego registrada no início do ano, analistas ouvidos pelo **Correio** são mais cautelosos em projetar um aumento desse mesmo índice para os próximos

trimestres. Na avaliação de especialistas, é preciso considerar que há efeitos de sazonalidade, ou seja, próprios para esta época do ano, que geram uma pressão maior nos postos de trabalho do país.

Para o economista e analista da Tendências Consultoria, Lucas Assis, a expansão do número de população ocupada é a principal causa para o aumento da taxa de desemprego. “Não por acaso, a taxa de informalidade foi de 38,9% da população ocupada, contra 39,0% no mesmo trimestre móvel de 2023”, destaca. Para este ano, o analista projeta uma expansão moderada, de 1,4%, da população ocupada no país.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Taxa de desemprego ficou em 7,9% no primeiro trimestre deste ano